

**A VISAGEM
DO CRONISTA**

doença crónica

A VISAGEM DO CRONISTA

ANTOLOGIA DE CRÓNICA AUTOBIOGRÁFICA PORTUGUESA
SÉCULOS XIX-XXI

VOLUME I

CARINA INFANTE DO CARMO
SELECÇÃO, INTRODUÇÃO E NOTAS


ARRA
NHA
CÉ
US

ÍNDICE

Agradecimentos 7

Autobiografar a crónica 9

ANTOLOGIA

Almeida Garrett 21

António Feliciano de Castilho 29

António Rodrigues Sampaio 43

Maria Peregrina de Sousa 51

Alexandre Herculano 55

A. A. Teixeira de Vasconcelos 65

Francisco Maria Bordalo 73

José Félix Henriques Nogueira 81

J. A. de Santana e Vasconcelos 89

Arnaldo Gama 95

Camilo Castelo Branco 103

Latino Coelho 111

A. P. Lopes de Mendonça 121

Bulhão Pato 131

Nogueira da Silva 137

Visconde de Benalcanfor 143

Ana Plácido 151

Júlio César Machado 159

Ramalho Ortigão 167

Conde de Ficalho 175

J. C. Vieira de Castro 181

João Penha 189

Júlio Dinis 201

Manuel Pinheiro Chagas 209

Guiomar Torrezão 215

Eça de Queiroz 223

Maria Amália Vaz de Carvalho 229

Jaime Batalha Reis 237

Silva Pinto 245

| | |
|------------------------------|-----|
| Gervásio Lobato | 251 |
| D. João da Câmara | 257 |
| Wenceslau de Moraes | 265 |
| Fialho de Almeida | 271 |
| Eduardo de Barros Lobo | 277 |
| M. Teixeira-Gomes | 283 |
| Trindade Coelho | 287 |
| Brito Camacho | 295 |
| João Chagas | 301 |
| Camilo Pessanha | 305 |
| Raul Brandão | 311 |
| Mariano Pina | 315 |
| Júlio Brandão | 321 |
| José Sarmento | 329 |
| Maria Veleda | 333 |
| Alfredo Mesquita | 339 |
| Justino de Montalvão | 345 |
| Mayer Garção | 351 |
| Alberto de Oliveira | 359 |
| Virgínia de Castro e Almeida | 363 |
| Carlos Malheiro Dias | 371 |
| Júlio Dantas | 377 |
| Emília de Sousa Costa | 383 |
| Manuel Laranjeira | 389 |
| André Brun | 395 |
| João de Barros | 401 |
| Augusto de Castro | 407 |
| Jaime Cortesão | 411 |
| Albino Forjaz de Sampaio | 417 |
| Aquilino Ribeiro | 423 |
| Julião Quintinha | 429 |
| João Pina de Morais | 435 |
| Diogo de Macedo | 441 |

AGRADECIMENTOS

Devo expressar o meu agradecimento aos autores e herdeiros que acederam ao meu pedido de reprodução das crónicas e me ajudaram, não poucas vezes, a localizar a primeira publicação dos textos. Expresso o meu reconhecimento ao Centro de Estudos Comparatistas e à sua Direcção, à Prof.^a Doutora Paula Morão, minha orientadora, sempre, e coordenadora no projecto *Textualidades* (Grupo MORPHE) em que se insere esta antologia, e finalmente à Inês Fonseca Santos e, claro, ao meu editor, João Paulo Cotrim. A todos eles devo a materialização deste trabalho de muitos anos num objecto chamado livro. Agradeço a quem transcreveu ou reviu os textos e os respectivos dados biobibliográficos: por ordem cronológica, Bruno Henriques, Cláudia Leiras, Lígia Cipriano, Violante F. Magalhães e, de forma mais intensa e prolongada, Rita Correia. Por último, o meu obrigado a Elsa Pereira, Ricardo António Alves, José Carlos Vilhena Mesquita, Filipe Delfim Santos e Sofia Santos, que me ajudaram a chegar aos textos de João Penha, Ferreira de Castro, Julião Quintinha, José Régio e Luiz Pacheco. Por último, uma menção especial a Luís Amaro, que me incentivou desde o princípio com a sua amizade e me ajudou generosamente com o seu saber bibliófilo e a sua lista copiosa de sugestões de autores e textos.

AUTOBIOGRAFAR A CRÓNICA

Esta antologia reúne cronistas dos séculos XIX, XX e XXI que fizeram da crónica um meio de fixar o pormenor anódino do quotidiano, de captar o espírito do tempo ou de inventar a marca irónica e poética sobre o que, à primeira vista, não passaria de coisa banal e lugar-comum. Estes cronistas reivindicam a verdade autobiográfica e firmam uma assinatura que é formalmente condicionada pelo número limitado de caracteres da coluna de um periódico, pela necessária brevidade de um programa radiofónico ou de um *post* de blogue ou Facebook. Nesse género puderam e podem explorar formas descontínuas e fragmentárias de comporem o seu retrato e de contarem por escrito a vida deles e de outros e o tempo que passa.

O arco cronológico contemplado começa nos anos de 1840, quando o folhetim-crónica se implantava na imprensa portuguesa e procurava chegar a um público novo, burguês e cada vez mais feminino. O folhetim-crónica passou a ter lugar reservado em páginas de jornais ou de revistas e reforçou a marca de um nome de autor, inscrito na primeira pessoa, capaz de lançar o repto ao leitor para ser reconhecido como autobiográfico.

A crónica tem uma gestação laboriosa dentro da grande incubadora que foi o folhetim. Sofreu o impacto da nossa agitada história política até à Regeneração. Resultou das inovações tecnológicas nos transportes, nas comunicações e na própria imprensa (o telégrafo, a rotativa, o cabo submarino, o linotipo, a fotografia) que tornaram possível a evolução de um jornalismo de opinião para um jornalismo de informação, assinalada entre nós pela fundação do *Diário de Notícias* (1864) e de *O Século* (1880). Daí que se possa afirmar que, entre nós, data do último quartel de Oitocentos a emergência da cultura urbana e de massas, cujo espaço público assenta na circulação do impresso. A crónica participa nesse processo histórico maior, dinamizado pela imprensa. Na verdade, esta difundiu formatos, conteúdos, géneros textuais e imagéticos e até modos de produção

em escala transnacional, e fez da circulação transatlântica de impressos, de pessoas e ideias um avanço significativo da globalização da cultura.

Destacam-se, nesse âmbito, diversos projectos jornalísticos luso-brasileiros. Veja-se o caso do *Almanaque das Senhoras para Portugal e Brasil* (1870-1928), dirigido por Guiomar Torrezão até à sua morte, em 1898, ou *A Ilustração* (1884-1892), com sede em Paris e difusão simultânea para os dois países lusófonos, sob a direcção e propriedade de Mariano Pina. Igualmente relevante é o facto de este jornalista, como Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Guilherme de Azevedo ou Oliveira Martins terem sido cronistas-correspondentes do periódico fluminense *Gazeta de Notícias*. Desde Janeiro de 1892, Eça dirige o *Suplemento Literário* deste jornal, em que colaboram prestigiados autores brasileiros como Machado de Assis, Olavo Bilac ou Eduardo Prado. Até ao início da I Grande Guerra, o aumento da comunidade portuguesa (e da respectiva elite) no Brasil reforça as razões para a colaboração de cronistas portugueses e para a criação de periódicos culturais com a intenção de estreitar as relações entre os dois lados do Atlântico: *Brasil-Portugal* (1899-1914) ou *Atlântida* (1915-1920), este último dirigido por João do Rio e João de Barros.

Mas voltemos um pouco atrás. No contexto português, a cabeça de linhagem da crónica é Almeida Garrett com as *Viagens na Minha Terra*, publicadas entre 1845 e 1846 na *Revista Universal Lisbonense* (que já dera a conhecer alguns folhetins, em 1843) e editadas em volume em 1846. As *Viagens* não são a origem absoluta do fenómeno folhetim-crónica. Este tem antecedentes na obra de Garrett e deve ser compreendido numa perspectiva transnacional, em que se evidencia o ascendente do modelo francês. No entanto, é indesmentível que as *Viagens* cristalizam a forma do folhetim-*causerie*, com a fluidez pessoal e irónica de uma prosa que se quer semelhante a uma conversa. É sabido que esta obra é muito mais do que a soma de parcelas jornalísticas ou o registo de uma viagem de Lisboa a Santarém, pontuada por referentes históricos e geográficos. Não escamoteamos o carácter *inclassificável* do livro e a história editorial do texto mas abrir esta antologia com o primeiro capítulo das *Viagens* significa que aí está um marco também para a crónica e até para a literatura autobiográfica. Veja-se que, desde a *Nota dos editores* das *Viagens*, é subtil e sedutor o modo como se sugere o pacto autobiográfico junto do leitor, sempre modelado pela ironia romântica.

A partir de Garrett, o género seduziu um vasto grupo de escritores, jornalistas, intelectuais. Produzido à peça segundo a cadência de publicação do jornal e condicionado pelas necessidades de rentabilidade e

captação do público-leitor, o folhetim-crónica transitava entre publicações: era comum os textos chegarem a publicações de segunda linha ou de província que, à falta de produção própria, reproduziam o original de *A Revolução de Setembro* (Lisboa, 1840-1901) ou da *Revista Universal Lisbonense* (Lisboa, 1841-1853, com números pontuais até 1859).

O género folhетinesco fez a ligação com espaços geográficos, culturais e linguísticos estrangeiros que serviram de padrão cultural às classes dominantes da época. Difundiu as produções importadas para consumo de um público pouco exigente, vindas especialmente de França, país que dominava o mercado internacional do livro e do teatro. Assim se divulgaram novidades editoriais, a começar pelo romance histórico, obras dramáticas em representação, mas também comentários da vida mundana e relatos de viagens que refrescavam a matéria jornalística.

À grande mescla de géneros, formas e temas identificado no espaço do folhetim, onde a ficção e o discurso jornalístico coabitam, sucede o apuro crescente da crónica, que ganha coesão temática, precisão discursiva, distinção irónica. E assim ela foi sendo burilada, a par de e em contaminação com géneros (como a reportagem) que nasceram nos periódicos e ficaram na margem do campo literário mais canónico. Ajudaram, em todo o caso, a implantar o realismo como forma hegemónica de representação.

A crónica tornou-se na forma breve e pessoal de apreender a diversidade física e humana de um país em aceleração histórica – afirmada na imprensa liberal com Garrett, Herculano ou Lopes de Mendonça; desenvolvida com Júlio César Machado; amadurecida com a Geração de 70 (Eça e Ramalho, antes de mais) e com a mobilização intelectual em torno do republicanismo. As correntes neo-românticas do fim do século XIX (Fialho de Almeida, Trindade Coelho, Alberto de Oliveira, Manuel Laranjeira e o próprio Raul Brandão) acompanharam o ascenso da escrita autobiográfica e intimista, tocada pela nota introspectiva, pela análise psicológica e pela evasão sentimentalista e nostálgica que procurou a sua legitimação em valores tradicionais. A prática da crónica por aqueles autores é disso reveladora.

A crónica implica um enunciador opinativo, digressivo, interpelador do leitor coetâneo. Move-a sobretudo a ironia de uma escrita que se diz despretensiosa, ciente dos seus limites e por vezes até falha de assunto. Graças à crónica, a prosa portuguesa ficou mais coloquial e fluida, mais ajustada à anedota vivida, à observação aguda do pitoresco, do quotidiano e do ambiente maioritariamente urbano, recriando as

nossas paisagens, a nossa memória colectiva e os modos de as escrever e representar.

A literatura de memórias e viagens do século XIX, em que se integra a maturação da crónica, acompanha o desenvolvimento na Europa e entre nós da “observação científica, da taxinomia naturalista, do jornalismo e da dignificação da vida burguesa (ou, inversa mas conexamente, a sua crítica pelo contraste entre o que há, nessa vida, de mesquinho e o desejo de aventura física, de comunhão com as coisas naturais)”.¹

Será também por essa sedução realista que, mais ainda no século XX, a crónica dá visibilidade e voz às testemunhas mudas da História comum e a um juízo mais democrático (não isento de contradição e tensão interior) do cronista sobre o real. Mesmo antes de 1974, sob a mão pesada da Censura salazarista, a crónica foi um espaço de invenção de escrita e de denúncia da violência vivida no quotidiano. Basta lembrar, a este título, Irene Lisboa ou Maria Judite de Carvalho. A palavra escrita em publicações culturais foi, de resto, um lugar de resistência e de criação lenta de uma contra-hegemonia, afrontando a ordem ditatorial que, nas décadas de 1930-40, pôde convocar em seu proveito os meios de massificação mediática.

Esta é uma escrita feita de tempo, ou não fosse *kronos* a base do seu étimo. Do ponto de vista genealógico, a crónica está longe do relato homónimo sobre uma personalidade ou uma linhagem familiar, cujas funções eram, nos períodos medieval e clássico, datar e celebrar as elites aristocráticas ou eclesiásticas. Mesmo assim, na forma jornalística nascida no século XIX algo faz lembrar aquele género antigo: o trabalho sobre o tempo. Ao seu jeito, a crónica constrói o tempo colectivo, inscrito na História e no quotidiano, a partir de um olhar pessoal, por vezes, declaradamente autobiográfico – ao sabor dos dias comuns dos homens mas também capaz de marcar em relação a eles a necessária distância melancólica e crítica.

O cronista exhibe a sua individualidade na assinatura datada do seu texto. Assim preserva uma aura individual e criativa que os jornais no seu conjunto perderam com a já referida afirmação do jornalismo de informação, no final de Oitocentos. Nesse contexto ofuscara-se a figura do intelectual de tipo liberal e romântico em favor do jornalista. Cresceu em contrapartida um corpo de redactores profissionais que fizeram do jornal um espaço mais polifónico e anónimo.

¹ António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 17.ª ed. corrigida e aumentada, Porto, Porto Editora, 1996, p. 773.

A marca intimista da crónica é indissociável da dimensão pública do escritor que fez dela mais do que um meio de subsistência: ela foi e continua a ser um laboratório de criação literária, um meio de publicitação da figura e da obra de um escritor jovem ou já consagrado. Com ela se fez e faz intervenção cívica e se identifica(ra)m as heranças e afinidades do cronista no mundo das letras, desde logo quando traz consigo a memória das suas leituras, dos seus pares e mestres. Por isso, não poucas vezes, a crónica congregou e fez a defesa do campo cultural e literário que, em diferentes graus e conjunturas, foi afectado pela ingerência e coacção do poder político (e mesmo policial). Em simultâneo deu a ver e permitiu furar o isolamento social de intelectuais e escritores face à persistência da iliteracia e do analfabetismo entre grande parte da população portuguesa.

E, todavia, se a crónica vem conquistando reconhecimento, persiste o seu estatuto marginal e híbrido, entre a literatura e o jornalismo. Falar em consagração literária da crónica é ainda hoje excessivo. Olhemo-la, ainda assim, em perspectiva histórica e é já possível confirmar uma evolução assinalável. É de referir que a Associação Portuguesa de Escritores instituiu um prémio na modalidade de crónica em 1993 e, em 2004, a Sociedade da Língua Portuguesa promove o Prémio Crónica João Carreira Bom. A verdade é que o sistema dos géneros literários, estabelecido com o realismo, se abriu à prosa não ficcional, sobretudo aos diários, memórias, correspondência e crónica. Todas estas formas acompanharam o crescendo do campo criativo da autobiografia e a evidência literária do fragmento que marcaram a prosa moderna/ista. A crónica, em especial, revelou-se uma expressão exemplar da compactação contemporânea dos discursos sociais e artísticos.

Na linha do tempo que esta antologia desenha, reconhecemos o papel da crónica na lenta autonomização do campo literário e na profissionalização (sempre frágil até hoje) dos escritores portugueses. A imprensa foi a grande fábrica geradora da novidade, de narrativas e imagens, e da própria ideia de nação e de império. Dentro da imprensa a crónica favoreceu a afirmação social do escritor, coabitando com ou até acumulando funções com o jornalista. Entre nós, a afirmação social e organizativa de uns e outros dá-se em simultâneo, no imediato pós-I Guerra Mundial. Nesse contexto, os jornais mantêm a conexão com o campo literário e teatral. A escrita jornalística incorpora, na década de 1920, os instrumentos da representação do mundo em fluxo contínuo de narrativas e imagens e com isso dá evidência ao jornalista-repórter diverso do cronista-literato. No período imediatamente subsequente, a esfera pública já não se organiza

exclusivamente pelos jornais e pela circulação desregulada da matéria jornalística. Impõe-se a experiência do tempo e do espaço determinada pela rádio e pelo cinema. Além disso, a mudança de regime político impõe uma mudança nos discursos e a redefinição da hegemonia ideológica. O Estado Novo impõe um controlo censório e sistematizador dos discursos sobre a nação e o quotidiano: a eficácia da *Política do Espírito* de António Ferro resulta justamente do facto de se apropriar e deter o domínio e o benefício das indústrias culturais audiovisuais então emergentes.

Nos meados dos anos 1930, a palavra publicada na imprensa cultural passa a ser um meio de resistência, constrangida pela repressão política e acantonada num reduto restrito, rodeado por elevados índices de analfabetismo e miséria social. Não por acaso serão os jornais e suplementos culturais o terreno favorável à crónica e mais ainda à crónica autobiográfica de um *eu* que dá evidência e voz ao real anódino; alguém que se retrata, se incorpora na paisagem, pelas sensações e memórias, e se questiona quanto aos meios e objectivos da sua escrita.

Não sem contradição, também pela crónica se foi fazendo o caminho da contra-hegemonia anti-salazarista, sobretudo na década de 1960, quando a imprensa vive uma expansão modernizadora do ponto de vista gráfico, comunicacional e dos seus quadros. Nas páginas dos jornais espelha-se uma sociedade politicamente bloqueada mas já transfigurada pela urbanização, pela emigração, pela Guerra Colonial e pelos *media* audiovisuais. Tal como o fotojornalismo de Augusto Cabrita ou Eduardo Gageiro, a crónica deu a ver a inconformidade existencial, o abandono, a angústia e até a náusea civilizacional. E fê-lo com destreza discursiva, lucidez irónica e aguda consciência histórica, dando pistas valiosas sobre o rumo entretanto traçado pela nossa prosa.

Depois de 1974, o lugar da crónica muda necessariamente, já que se liberta o espaço político e se abre a polarização ideológica. Nessa altura, o género já não tinha de ser a escapatória possível às restrições impostas ao noticiário, à reportagem, à opinião política e às ciências sociais. Ao mesmo tempo enfrenta a predominância da cultura visual, da televisão, em primeiro lugar.

Por outro lado, a crónica não se ajusta às exigências do pequeno ecrã: vive, sim, da marca pessoal do cronista e da expressão escrita, o que a rádio entretanto não põe em causa. A crónica continua a ter notoriedade nas décadas de 1980 e 1990, quando se privatizam órgãos da imprensa e se multiplicam títulos (muitos, efemeramente) em banca. Em tempos mais recentes, de declínio dos jornais em papel e de precarização laboral

dos jornalistas, a colaboração dos cronistas importa ainda para a fidelização de leitores. Contudo, já vão longe os tempos de coabitação intensa e de sobreposição de papéis do intelectual e do jornalista, desgastados a sua proeminência e reconhecimento sociais.

E quanto ao século XXI? O recuo e substituição pelo digital do suporte analógico parecem comprometer a sobrevivência de grande parte do impresso (jornais e livro) mas talvez não da crónica. Vivemos hoje uma mercadorização agressiva da vida social e, portanto, também da esfera cultural e literária. A ela não será alheia a concentração da propriedade dos *media* e a conversão do negócio do jornalismo na chamada *produção de conteúdos*. Também neste campo se reconhece a crise das instâncias de mediação, legitimação e consagração dos discursos e seus autores. A crise dos jornais e do trabalho distintivo do jornalista resultam da vitória de uma cultura do *copy-paste*, da proliferação de *fake news* e da sanção totalitária do mercado que condiciona a circulação dos bens culturais, a pluralidade do mundo editorial e a afirmação dos jornalistas, escritores e intelectuais no espaço público.

A oferta comunicativa do digital afecta as estruturas do campo literário que se deslça em carreiras individualizadas, atingidas pelo desrespeito dos direitos de autor, pela ausência de lugares de convivialidade e pela rarefacção de espaços de publicação com impacte e efeito congregador. Ora, desde o romantismo, foi em lugares como os jornais que se traçaram afinidades e batalhas literárias de sucessivas gerações, grupos e personalidades. Por isso mesmo, vista da actualidade, é impressionante a energia cúmplice e combativa de jornalistas/escritores em tantas crónicas autobiografadas dos finais do século XIX e de quase todo o século XX.

E, apesar de tudo, a crónica resiste, persiste e ganha novas vozes. Claro que o género, já o dissemos, não se ajusta ao ecrã televisivo e não é pequena a concorrência da cultura visual, hoje hegemónica. Mas a crónica vive da marca pessoal do cronista e da expressão escrita, o que a rádio entretanto nunca pôs em causa, transformando-a num género seu, desde a década de 1930.

Sobretudo graças à forma do blogue, o digital multiplicou as plataformas de exercício e projecção da crónica, especialmente a de cunho autobiográfico. Ela é recorrente nas páginas *online* de jornais, rádios e televisões ou em projectos editoriais de qualidade, construídos de raiz nesse suporte. Dir-se-á com justiça que se trata de ilhas num oceano de escritos descartáveis que exibem intimidades expostas e promocionais e destroem as condições de privacidade individual que levaram séculos a

conquistar. No entanto, este facto não sustenta uma visão tão rotundamente apocalíptica que ignore, por exemplo, a sobrevivência da crónica em novos suportes, com evidente potencial de colecção e arquivo de textos, muitos deles afins da tradição diarística.

Por último, mesmo se em perda do ponto de vista simbólico, o livro, mais ainda o livro impresso, continua a ser o destino privilegiado de crónicas originariamente difundidas em revistas, jornais, blogues ou rádios. A passagem a livro, por decisão do cronista ou de um editor, indicia um desejo de perenidade, reconhecimento público e legitimação literária. A transferência para um novo suporte recontextualiza o acervo de dispersos, potencia alinhamentos de leitura novos e até inesperados, podendo daí resultar a noção de um *corpus* de crónica e uma assinatura distintiva de autor.

Por este fio de tempo histórico se percebe a força da crónica no século xx, muito em especial entre os anos 1930 e 1990. Um período de convulsões e transformações políticas e sociais muito acentuadas em que foi pujante a imprensa escrita. Daí ser desse período parte significativa das crónicas agora reunidas.

*

Cabe agora referir as fontes, assim como os critérios de apresentação e selecção dos textos antologados.

Esta recolha segue a sequência cronológica, de acordo com o ano de nascimento dos autores, porque nem sempre foi possível identificar a data e a fonte originais dos textos. Mesmo assim, através dela pode acompanhar-se a evolução e a diversidade estilística do género, não sem suscitar rimas e diálogos entre cronistas, contextos e formas de escrita.

As antologias de crónica dos séculos XIX e XX portuguesas, prefaciadas e organizadas por Ernesto Rodrigues e Fernando Venâncio, respectivamente,² foram um roteiro precioso para esta recolha, embora o nosso crivo seja mais circunscrito: a escrita autobiográfica e a composição da figura do cronista e da sua assinatura. Devemos também lembrar a colecção *Horas Extraordinárias*, publicada, em 2004, por ocasião dos 16 anos do jornal *O Independente*: nela se reuniram em volume dispersos de imprensa de escritores portugueses e brasileiros contemporâneos. Foi essa a fonte de várias crónicas aqui coligidas. Em simultâneo, beneficiámos da expansão de bibliotecas e hemerotecas digitais, portuguesas e

² Ernesto Rodrigues (org. e pref.), *Crónica Jornalística: Século XIX. Antologia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003; Fernando Venâncio (org. e pref.), *Crónica Jornalística: Século XX. Antologia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

estrangeiras, e da multiplicação de blogues pessoais e *sites* institucionais que dão acesso a versões digitalizadas de periódicos ou que fazem a promoção de escritores e da leitura literária e jornalística em geral.

Para tornar mais fácil a leitura, foram corrigidas gralhas e actualizada a ortografia nos textos mais antigos, sem seguir a norma do Acordo Ortográfico de 1990. Respeitámos, todavia, esta ortografia, quando ela parece ter resultado da escolha do cronista.

Grande parte das crónicas provêm originalmente da imprensa escrita ou da rádio, mas adoptámos como critério maioritário a sua versão em livro e na edição mais recente, identificando, sempre que possível, a fonte primeira. Mais esparsamente fomos colhê-las na imprensa em papel e/ou digital.

Em vários casos, os textos foram extraídos de livros, sem que estes tenham a identificação genealógica de crónica ou conheçamos o seu antecedente jornalístico. No entanto, a natureza híbrida da crónica (tantas vezes afim do conto, da carta, do diário, da reportagem, do ensaio ou do poema em prosa) e a marca autobiográfica dão-nos argumentos suficientes para a sua inclusão nesta colectânea.

Uma ou outra vez, transcrevemos parte ou a totalidade das notas de rodapé acrescentadas à edição em livro pelo próprio autor ou pelo editor, quando dão indicações elucidativas sobre a crónica, a sua génese ou o tema tratado, ou quando o acrescento é assumido como texto. Acrescentámos ainda um comentário extra junto à identificação da fonte, com informações indispensáveis à compreensão da crónica transcrita.

Optámos por dar a várias crónicas um título (entre parênteses) recuperado do nome do folhetim/coluna do periódico em que foram originalmente publicadas ou da série numerada de capítulos do livro em que vieram a ser editadas. Não o fizemos, quando a versão em livro, organizada pelo autor, não apresenta qualquer título ou numeração.

O número elevado de autores da antologia mostra quão profícuo tem sido o labor da crónica, no nosso contexto literário e jornalístico, desde o seu antecedente folhetinesco. Ao mesmo tempo, confirma a plasticidade e longevidade do género e a insistência na matéria autobiográfica.

Raros são os cronistas que, de forma sistemática, deram um cunho autobiográfico aos seus textos, como Júlio César Machado ou Irene Lisboa. Grandes cronistas portugueses nunca seguiram essa via, mesmo se se expressaram na primeira pessoa e exploraram as virtualidades da observação aturada do real circundante. Apesar disso, optámos por escolher apenas uma crónica por autor, o que obviamente inibe o conhecimento do conjunto da obra cronística de cada um deles e da respectiva evolução no tempo.

A quantidade de textos desta antologia justificou a divisão em dois volumes. Irene Lisboa abre o segundo volume por ser a grande experimentadora e modeladora do género crónica, em pleno modernismo.

Na nossa antologia é reduzido o número de mulheres e assumimos a responsabilidade da selecção e os seus limites, também em consequência da discriminação de género no que toca à expressão pública e publicada. Com efeito, a crónica (ainda para mais de cariz autobiográfico) constitui uma forma de máxima exposição no espaço público e de afirmação de autoria de que as mulheres foram historicamente arredadas. Até às primeiras décadas do século XX, o pseudónimo (tantas vezes masculino) foi um estratagema comum de camuflagem protectora, numa página de jornal ou na passagem da crónica a livro, dificultando a identificação da autora. Apesar de um indesmentível progresso neste domínio, persiste um *deficit* de mulheres no campo literário e jornalístico português, hegemonizado pelos homens e assim perpetuado por historiadores e críticos literários.

Faltam nesta antologia os cronistas portugueses editados em línguas estrangeiras e sem tradução para a nossa língua e os cronistas estrangeiros, cuja obra teve e tem difusão entre nós e cujo magistério influenciou a prática e as transformações da crónica. Referimo-nos em particular a nomes da lusofonia – entre os mais recentes, Millôr Fernandes, Luís Fernando Veríssimo, Mía Couto ou Ondjaki – que colabora(ra)m, sob a forma de crónica, em periódicos nacionais, que a verteram em livros de edição portuguesa e que hoje podem ser lidos *online*, onde quer que publiquem. A ausência de tais cronistas faz-se, todavia, presente nos textos e autores desta antologia, que é, no fim de contas, uma escolha e uma amostra.

Deixamos nota de que, por impedimentos de vária ordem, não nos foi possível publicar crónicas de José Rodrigues Miguéis, Dias de Melo, António Lobo Antunes e Miguel Esteves Cardoso.

Já quanto a outros autores – Justino de Montalvão, Júlio Dantas, Emília de Sousa Costa, Albino Forjaz de Sampaio, Diogo de Macedo, Chianca de Garcia, Norberto Lopes, Julião Quintinha, Manuela Porto, José Osório de Oliveira, Pedro Alvim e Luís Forjaz Trigueiros – envidámos todos os esforços para chegar aos seus herdeiros e obter uma autorização para publicá-los. Na impossibilidade completa de o conseguir, manifestamos disponibilidade para regularizar esta questão. Não desistimos, ainda assim, da reprodução das suas crónicas, pela valia do seu trabalho de escrita e pelo lugar que é seu na história da crónica autobiográfica portuguesa.